



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof^ª Dr^ª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-263-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637210707>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Psicologia: Trabalho e Sociedade, Cultura e Saúde*, reúne em seu segundo volume, vinte artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PANDEMIA DO MEDO E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL


Caroline Silva de Araujo Lima
Camila Frazão Tolentino
Melany Marques Beserra
Cahina Rebouças Duarte Camacho
Amanda Luzia Moreira Souza
Gabriela Cecília Moreira Souza
Gabriel Jessé Moreira Souza
Maria Gabriela Teles de Moraes
Crincia Amorim Melo Alencar
Dágyla Maisa Matos Reis
Alberto Mariano Gusmão Tolentino Junior
Jair Gomes Tolentino
Ana Flávia Miranda Reis
Nathane Barbosa Xavier

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107071>

CAPÍTULO 2..... 10

OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR


Marita Pereira Penariol
Izadora Oliveira Felez
Jaqueline Fernandes Carneiro
Karoline Dick
Ketlin Fernanda Lazzarotto
Letícia Costa Molinari
Maria Angelica Stimer
Mariana Becker Domingues
Sabrina Thais de Rosso Foltz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107072>

CAPÍTULO 3..... 21

AÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) DURANTE A PANDEMIA DO SARS-CoV-2 COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

Ana Isabela Almeida Egídio
Keila Marine Pedrosa dos Santos
Bruno Martins Borges
Calíope Pilger
Ana Carolina Scarpel Moncaio
Jalusa Andréia Storch Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107073>

CAPÍTULO 4..... 28

A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO: A GENERALIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL COMO SINÔNIMO DE INCAPACIDADE

LABORAL


Renata Botelho Dutra
Danutta Ribeiro Bueno de Araujo
Thalyta Carla Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107074>

CAPÍTULO 5..... 40

AS EXTENUANTES JORNADA DE TRABALHO DA MULHER MODERNA E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL


Elaine Barreto Correia Garcia
Lucimara Sousa dos Santos
Vitória Demarque Medeiros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107075>

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS E SOFRIMENTO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS DE 5 EDIÇÕES DO ENAPG


Michelle de Andrade Souza Diniz Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107076>

CAPÍTULO 7..... 65

TRABALHO: O QUE É? O QUE É? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO


Rita de Cássia Gomes da Silva
Álvaro Itaúna Schalcher Pereira
Francisco Adelson Alves Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107077>

CAPÍTULO 8..... 83

PEDA(LAÇO): UMA INTERVENÇÃO PELA MOBILIDADE CONSCIENTE E PELA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Amanda Luiza Weiler Pasini
Ana Cristina Nascimento Goulart
Júlia Sitya Padoin
Juliana Lamana Guma
Luiza Moscato Soares
Natália Noal Nascimento
Telma Garcez Leal
Caroline Lúcia Cantarelli Rohde


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107078>

CAPÍTULO 9..... 90

POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA: UM CAMINHO TRILHADO A PARTIR DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dávila Natanny Machado
Israel Coutinho Sampaio Lima
Sofia Dionizio Santos

Gerardo Teixeira Azevedo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107079>

CAPÍTULO 10..... 103

ANÁLISE METODOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL SOBRE A ANSIEDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Renato Américo Dantas Camilo de Souza

Jonathan Bento Cavalcanti

Edwirde Luiz Silva Camêlo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070710>

CAPÍTULO 11 115

A PRÁTICA ESPORTIVA NA UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

Alan Gabriel Ribeiro da Silva

Angelo Maurício de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070711>

CAPÍTULO 12..... 125

CONTRIBUIÇÃO DA CINOTERAPIA PARA PSICOTERAPIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Gládys Tinoco Corrêa

Matheus Neves Araujo

Clara Hévila Lima Lourenço


Déborah Braga Costa

Jousiane de Almeida Pereira

Rita de Cássia Ellen Silva Serra

Tácila Feitosa Fonteles

Laís Nunes Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070712>

CAPÍTULO 13..... 136

LUTO PERINATAL: OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELAS PERDAS GESTACIONAL E NEONATAL

Larissa da Silva Santos

Rodrigo Almeida Damasceno

Ruth Raquel Soares de Farias

Sara Cavalcanti Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070713>

CAPÍTULO 14..... 149

PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO DIREITO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO INFANTOJUVENIL

Antonio Elieser Sousa Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070714>

CAPÍTULO 15..... 163

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE ALIENAÇÃO PARENTAL


Francisca Moraes da Silveira

Anna Beatriz Silva Castro

Evilly da Luz Barbosa

Victória Amorim da Silva

Vitória Luiza Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070715>


CAPÍTULO 16..... 175

PSICOSES, FAMÍLIA E ARTE: MEIOS PARA PSICOEDUCAÇÃO DE FAMILIARES PELA ARTE

Brendha Leandro dos Santos

Allan Alves Nogueira

Carla de Meis


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070716>

CAPÍTULO 17..... 191

RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO FRENTE À QUEIXA DE DEPRESSÃO

Ana Raquel Gomes Ferreira

Mara Eduarda Sousa de Alencar


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070717>

CAPÍTULO 18..... 199

RELAÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dalva Adriana Grade

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070718>

CAPÍTULO 19..... 213

UM OLHAR PERANTE A ALMA


Daniel Docasar

Alexandre Docasar Serafino Silva

Daurema Conceição Docasar Serafino Silva

George Vladimir dos Santos Lima

Renata Mendes Barboza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070719>

CAPÍTULO 20..... 221

PRÁTICAS CULTURAIS E COMPORTAMENTO VERBAL: PROPOSTAS CONCEITUAIS E POSSÍVEIS APLICAÇÕES

Samuel de Araujo Fonseca

Louanne Emanuelle Rufino de Almeida

Dyego de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070720>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	233
ÍNDICE REMISSIVO.....	234

CAPÍTULO 14

PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO DIREITO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO INFANTOJUVENIL

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 11/06/2021

Antonio Elieser Sousa Alencar

Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI
Novo Mundo – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/7403459834600351>

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade abordar as contribuições do campo do direito sobre a violência sexual e as consequências psicossociais do infantojuvenil. Nele, procura-se refletir considerações que abarcam a legalidade ofertada pela legislação brasileira ao mesmo tempo aquilo que conduz os operadores do direito e das psicologias às questões que circundam o abuso sexual de crianças e adolescentes afetados psicossocialmente. É uma revisão bibliográfica reflexiva. O ponto crucial deste é a atualidade do tema que desafia especialistas. O artigo aparentemente assume em um primeiro momento um ar jurídico; num segundo, efetua uma amálgama com a psicologia mais social tornando o objetivo deste conexo. Visualizar possibilidades de favorecer o melhor interesse da criança e do adolescente, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e outras leis relativas à tônica completam-se as gotas didáticas para a psicologia social no campo da subjetividade do infantojuvenil. Conclui-se que as consequências psicossociais depuradas dessa violência brotam na forma de medo, insegurança, angústia, desconfiança e instabilidade, revolta,

ressentimento e humor frio diuturnamente; além disso, a perturbação, o isolamento, a insatisfação, a própria frustração, o distanciamento, a agressividade, a apatia impactam o infantojuvenil podendo torná-lo um adulto frágil, vulnerável com receio de participações em grupos comunitários sociáveis posto que sua realidade tende a ser distorcida deixando-o susceptíveis culturalmente em seu processo de subjetivação. Semelhantemente, intervenções assertivas com a prática da escuta qualificada podem facilitar a redução do sofrimento da criança, apesar do trauma psicossocial sofrido.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Sexual Infantil. Contexto Histórico. Leis. Psicossocial. Infantojuvenil.

**SOCIAL PSYCHOLOGY:
CONTRIBUTIONS FROM THE FIELD OF
LAW ON SEXUAL VIOLENCE AND THE
PSYCHOSOCIAL CONSEQUENCES OF
CHILDREN**

ABSTRACT: This article aims to address the contributions of the field of law on sexual violence and the psychosocial consequences of children and adolescents. It seeks to reflect considerations that encompass the legality offered by Brazilian legislation, while at the same time leading legal and psychological operators to issues surrounding the sexual abuse of psychosocially affected children and adolescents. It is a reflective literature review. The crucial point of this is the topicality of the subject that challenges specialists. The article apparently takes on a legal air at first; in a second, it makes an amalgamation with the

more social psychology making the objective of this connection. Visualizing possibilities of favoring the best interests of children and adolescents, in light of the Child and Adolescent Statute - ECA, and other laws relating to tonic complete the didactic drops for social psychology in the field of subjectivity of children and adolescents. It is concluded that the psychosocial consequences purified from this violence arise in the form of fear, insecurity, anguish, distrust and instability, revolt, resentment and daily cold mood; in addition, the disturbance, isolation, dissatisfaction, frustration itself, distancing, aggressiveness, apathy impact children and adolescents, making them a fragile adult, vulnerable with fear of participation in sociable community groups since their reality tends to be distorted, leaving them culturally susceptible in their subjectivation process. Similarly, assertive interventions with the practice of qualified listening can facilitate the reduction of the child's suffering, despite the psychosocial trauma suffered.

KEYWORDS: Child Sexual Violence. Historical context. Laws. Psychosocial. Children and Youth.

1 | INTRODUÇÃO

Abordar as contribuições do campo do direito sobre a violência sexual e as consequências psicossociais do infantojuvenil constitui a base reflexiva deste artigo. Assim, a violência sexual, os abusos e os castigos cruéis fazem parte da história da humanidade diante dos processos de subjetivação dos sujeitos. A psicologia social desde o século XX busca conhecer vários aspectos inerentes às transformações sociais. E em específico, no interior de muitas comunidades existe a violência contra a criança e a adolescente. Uma temática desafiadora que esteve, e está presente no cotidiano dos mais diversos contextos.

Em análise da literatura, a sociedade pode ter eliciado vários registros de crueldade, onde operava na condição ativa da violência que noutros tempos era tida como absolutamente da ordem do normal. Por essa direção, os mais jovens estavam no radar secundário de importância desamparados de proteção, segurança sem o amparo legal e apoio psicológico no ambiente social.

Na prática, as pessoas eram conduzidas só ao trabalho; cerceada de seus direitos, voz e vez. A inclusão e exclusão não faziam parte do contexto de discussão, muito menos temas que versavam sobre autonomia, iniciativa, direitos básicos e identidade. Por isso, a sociedade sugeria cegueira quiçá proposital por conta de uma visão limitada de mundo e daquilo que o infante representava para esta última, em se tratando do desenvolvimento do psiquismo e da subjetividade psicossocialmente partícipes. Mas, posto que o homem é um animal sociável, invariavelmente, advêm desencontros, conflitos e violência nas relações familiares, comunitárias e entrelaçada pela ausência de intervenções que fortalecem os vínculos; entretanto sim, crescem a vulnerabilidade e o risco social dos menores desprotegidos.

Mais adiante, as famílias foram obtendo a grosso modo privacidade. Nisso, as crianças dentro do seio familiar atuavam tão-só com o fito perceptivo indiferente em sua

subjetividade em construção. Eram sujeitos que estavam à mercê de riscos psicossociais diversos, desde a vulnerabilidade até ao completo estado de inação. Isto sugeria que eram objetos de malícia, escárnio, abuso sexual e indiferença por parte da figura dos adultos, posto que não representasse ganho imediato e prestígio – estavam em riscos psicossociais, ou seja, laços sociais com nuances desafiadoras e frágeis (BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; SAWAIA, 2009).

Pela história, o impacto das ações dos mais velhos incididos sobre elas era sinal de normalidade por vezes gracejo. À vista disso, inexistia o escandalizar-se no vernáculo da população – era costume desde as culturas Egípcia, Romana e Grega, em termos antropológicos. O abuso sexual não era o tipo de ato nefasto e desprezível que é hoje; em complemento, a antropologia e a psicologia social se debruçaram em suas pesquisas para reconhecer as relações produzidas pelo homem e seus dependentes no seio familiar psicossocial ímpar (AMPARO *et al.*, 2008, DIAS, 2010).

Diante dessa configuração, a criança e ao adolescente depois de muito tempo entraram no foco das áreas do direito e das psicologias, aqui a social; as políticas públicas começavam a germinar na sociedade. Além disso, as leis contra abuso sexual começaram por volta de 1830 no Brasil. Procurando resguardar o infante, passaram por várias emendas constitucionais, novas leis surgidas; algumas alteradas, outras revogadas para que o espaço de liberdade, respeito e humano da criança pudesse ter fôlego para respirar ante a dimensão intrafamiliar que desafia tanto as psicologias como o direito. A área social atende essa demanda (MOLON, 2003).

Aqui, destaque especial para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1991. Igualmente, não compactuando com o agressivo poder prejudicial que representa a cultura que é passada de pai para filho. Logo, intentando jurisprudências e abordagens diferenciadas práticas que soldem a fenda existente na estrutura do abuso sexual por meio do bojo da legalidade no contexto psicológico em tese.

Perante esse conjunto de subjetividades, decisões, aplicações e interpretações oriundas da vivência social do direito, refletir as consequências psicossociais pinça-se especialmente o emocional da criança e do adolescente mais vulneráveis e fragilizados, aqui público-alvo prioritário social. Quando há a desproteção traumática por parte da família, do Estado, isso precipita o infante para uma série de percepções distorcidas que em seu estado psicológico aflitivo e angustiante indicam ser fonte de sofrimento que atrapalha a vida deste no lar, na comunidade e na escola, entrelaçamento forçoso (CANTÃO, 2007).

Portanto, a problematização deste pressuposto é para mostrar o desafio que é escarafunchar as consequências disso, já que é uma pesquisa bibliográfica reflexiva bem atual. Então, cabe questionar: o contexto da violência sexual no campo do direito – as leis – suporta e baseia as ocorrências de abuso sexual contra o infante suficientemente? E, quais são os aspectos psicossociais entrelaçados nesta mescla didática existente entre o direito e as psicologias? Visando responder a estes questionamentos, este artigo aos poucos

revelará esta temática para o leitor.

2 | DISCUSSÃO DESENVOLVIMENTAL

Até que a identidade de um infante seja formada, inúmeras ocorrências no seio familiar podem fazer dessa pessoa alguém funcional ou disfuncional do ponto de vista psicossocial. O que é curioso é que discussões existentes sobre o abuso sexual no Brasil teve importantes e significativos olhares, em tema. Nesse sentido, embora quando se olha para o passado, num primeiro momento possa ter uma ideia de que isso é coisa nova, assustadora; num segundo, é visível que há constantes crimes já bem documentados por legislação brasileira. E, o que diferencia a sociedade moderna das antigas é apenas a ilegitimidade do crime, que são condutas ilícitas onde outrora era percebido como prática comum (ARAÚJO, 2014; BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; DIAS, 2010; LANE, 2006).

Ante a essa descoberta, a respeito das leis de proteção contra abuso sexual tratadas neste artigo, é importante trazer um pouco da história destas. Com efeito, as leis de proteção às mulheres e as crianças se deram na época do Brasil Império¹. Por causa disso, apresenta-se o Código Criminal de 16 de dezembro de 1830 tendo no capítulo II o título “Dos Crimes Contra a Segurança da Honra”, na sessão I, 6 (seis) artigos que fundaram esta luta. Entrementes, estudar o comportamento de indivíduos conta com o aporte legal do direito para que as efetividades das políticas públicas em termos de psicologia social sejam reproduzidas de maneira prática e coesa.

Passados os anos, em 12 de outubro de 1927 foi concretizada a primeira legislação específica para a proteção e assistência de menores com a publicação nacional do decreto nº 17.943-A. E 52 (cinquenta e dois) anos após, no dia 10 de outubro de 1979 foi revogada e substituída pela lei nº 6.697. Assim, 11 (onze) anos depois revogada no ano de 1990. Isso concorreu visando à existência jurídica de espaço legal que hoje se aprecia. Deste modo, a Lei de nº 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei nacional que nomeia a proteção absoluta estabelecida no artigo 227º da Constituição Federal – CF. A menção das leis é entendida no decorrer deste artigo visando situar o leitor, pois será exposta para basilar a contextualização psicológica inerente com a acuidade para transformar o espaço vivido (BRASIL, 1927; 1979; 1988; 1990; 2010, LANE, 2006; SAWAIA, 2009).

Em consequência, dando com esse o destaque principal trazido no Art. 130º da lei citada, onde não precisa de só confirmação a constatação conhecível e/ou suspeita da hipótese de abuso para serem tomadas medidas de afastamento de imediato do suposto

¹ Foi uma época de impactos no seio familiar; [...] é possível assinar que isso mostra que a existência histórica já trazia, desde aquela época, alguma preocupação com abuso no que se refere à honra. Logo, sem pensar nos enormes danos psicológicos principalmente sendo que no recôndito familiar, especificamente, a figura do abusador, caso este, aceitasse se casar com a vítima, ele não teria que pagar pelo crime nos Arts. 219º, 222º, 223º e 224º. Portanto, pelo comprovar histórico, muitas vezes uma criança tinha que se sujeitar a viver com o abusador – à época, em função da cultura tradicional familiar, dentro de um ambiente patriarcal, **não cabia a ela decidir.** (grifo nosso).

abusador da suposta criança ou adolescente abusado. Igualmente, os termos do art. 227º da Constituição Federal, em seu § 4º (BRASIL, 1988; 2010). Deste modo, o artigo 130º do ECA, bem como o já aludido da (CF) são taxativos quando da proteção e resguardo dos direitos de seguridade da criança e do adolescente frente ao nefasto ato pungente quando esses estão com os seus direitos psicossociais e constitucionais violados numa base de conflitos comunitários às vezes silenciados (EGGER, 2008; LOPES *in* FARIAS, 2002).

Existe para auxílio, a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Em seu capítulo I traz sobre crimes contra a liberdade sexual, nos artigos 213º e 215º. Com alerta para o estupro. Ainda revela sobre os crimes contra vulnerável, em que pese nos artigos 218º e 217º, sobre a indução e ao ato propriamente dito concomitantemente. Isto é, “Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável”. E já antes teve reforço pela a Lei nº 11.340/06, que em seus 46 (quarenta e seis) artigos campeia espaço adequado de moradia no contexto psicossocial inserido em ajustes diários (BRASIL, 1988; 2006).

Depois e apesar disso, têm-se no contexto da criança vítima de abuso sexual os casos somando-se aos milhares, a despeito dos registrados – o que a psicologia social busca entender os laços familiares que violam seus direitos estudando o comportamento desses infantes no meio da sociedade e como elas interagem nas múltiplas reações psicossociais quando existem o abuso ou a suspeita, posto que fazem parte de um grupo. Aqui, pode sugerir que isso se dá, pois ocorrem episódios onde pressionados pelo abusador, são conduzidos (a) à inibição, apesar das visíveis sequelas inerentes ao fato gerador para infante (ARAÚJO, 2014; MAURO, 2015; TRINDADE; BREIER, 2010).

Autoridades no assunto, sendo esse a violência sexual, a partir de discussões feitas em um dos seus encontros que ocorreu na cidade de Natal / RN, de 15 a 17 de junho de 2000 revelaram que “embora algumas medidas tenham sido adotadas, não foram suficientemente eficazes no controle do fenômeno e responsabilização dos culpados, mesmo havendo reconhecimento, pelo estado brasileiro, da gravidade das situações que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes” (BRASIL, 2002, p. 17). O que 17 (dezessete) anos depois seria objeto de uma camada a mais de proteção, a saber, a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que ao longo dos seus 29 (vinte e nove) artigos, destaca-se o de número 13º.

Ainda, cita-se o artigo 186º, da Lei nº 10.406, do Código Civil, promulgada em 10 de janeiro de 2002. Tal artigo diz que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Logo, faz ponte com o artigo 5º, da Lei nº 8.069, do (ECA), promulgada 12 (doze) anos antes, em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990; 2002). Estas, em conformidade com o preceito do artigo 227º da (CF), de 1988. Por isso, para corroborar os intentos, dentro do contexto da criança e do adolescente, os artigos 4º, 15º até o 18º do ECA, já que as interações sociais juntamente com a legalidade funcional prática são extremamente importantes para resolução de conflitos oriundos das pressões psicológica sofridas pelos

infantes (ARAÚJO, 2014; CAVALCANTI, 2009).

Quando se trabalha de modo interdisciplinar ou transdisciplinar, a efetividade é maior. Direito e Psicologia, aqui a psicologia social, consta que apesar das leis estarem bem-intencionadas no trato para com as crianças e adolescente, “o abuso é uma das formas de violência doméstica contra os menores, como muitas vezes não deixa marcas física, resulta em um diagnóstico difícil” (DIAS, 2010, p. 46). Outra: existe a “lei que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência”, a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Essa Lei nº 13.431/2017 não admite contestação. Nessa dimensão coadunada com a psicologia social, a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade pode ser objeto de estudo ao mesmo tempo que ter seus direitos garantidos e praticados (ARAÚJO, 2014; BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; HILLESHEIN *in* GUARESCHI; PIZZINATO; KRÜGER 2003).

Em termos psicossociais, são atos respaldados uns nos outros que geraram a mesma finalidade: proteger a criança e adolescente. E, demonstrando que estes passaram a ser vistos como alguém que precisa de seguridade frente a práticas hediondas nefastas dentro do seio familiar que, vez ou outra acossam os profissionais do direito e da psicologia a escarafuncharem soluções visando o melhor interesse para àqueles menores de 18 (dezoito) anos inseridos em ambientes sociais de identidades controversas, aliciadoras e objetos de maus-tratos, mesmo em grupos já definidos como protetores. A despeito disso, psicologia social, essa comunicação familiar comunitária com as políticas públicas em vigor, fortalecem a seguridade dos infantes e são válidas e dignas de honra, tendo em vista o objetivo nobre de resguardá-los de negligência e abusos por parte daqueles que deveriam protegê-los (ARAÚJO, 2014; BRASIL, 1927; 1979; 1988; 1990; 2002; 2010; DIAS, 2010).

Para situar o leitor, as consequências psicossociais resultantes desta desproteção traumática empurram os sujeitos infantes a apresentações diárias singulares; por vezes, verbais; por vezes, não. O que disso a criança pode processar, as vezes em grupos de iguais, só é dificultado ainda mais quando se depara com as percepções distorcidas, oriundas do fato gerador do abuso sexual. Nesse sentido, o infante está vulnerável a expor sentimentos dos mais diferentes, dentre eles a revolta, o ressentimento, a pena e o ódio; soma-se a isso, a perturbação e o rancor tornando-a susceptível a exclusão social do grupo, gerando episódios depressivos e ansiogênicos (BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; DIAS, 2010).

Na questão da natureza cultural da criança, Santos (2011) revelou que quando crianças foram questionadas sobre o porquê não contavam que estavam sendo abusadas sexualmente elas relataram que foi por medo do abusador, temeram não serem acreditadas, por medo de causar dor às famílias, levando a autora avaliar que existem fatores promotores do silêncio – ressaltando a falta de provas e ligando-as às práticas da ausência de socialização, que é um dos desafios do trabalho social com famílias (MAURO, 2005; RIBEIRO e GUZZO, 2014).

E do mesmo modo, fazer os membros dos grupos serem autônomos, exporem sentimentos de empoderamento e liberdade na fala, ainda que estes sejam menores de idade – e tem ambientes propícios para isso, a saber, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV nas mais variadas modalidades da Proteção Social, garantida pela Lei Orgânica da Assistência Social, com múltiplos profissionais (ARAÚJO, 2014; RIBEIRO e GUZZO, 2014).

Nesse sentido, as várias políticas públicas voltadas para garantirem segurança e direitos nem sempre estão claras e efetivas. Sabendo disso, Leirner (2007, p. 21) esclarece que “ao negarmos a existência do incesto deixamos a vítima à disposição do agressor. [...] às vezes a criança se manifesta nas entrelinhas e, se ela não encontra um interlocutor que preste atenção às suas palavras”. Com essa descoberta, cabe aos profissionais da Assistência Social mais a área da Saúde, intervirem com a busca ativa fazendo o trabalho intersetorial visando redução de danos e proteção com o escudo legal estabelecido entre o ramo do Direito e da Psicologia Social (AMPARO, 2008; ARAÚJO, 2014; BRASIL, 1988, 1990, 1993; MAURO, 2005).

Com isso, a visão da subjetividade adjunta à prática da Psicologia Social, conforme Ornelas (1997) sugere efetividade. Isto porque para uma criança são pequenos choques traumáticos que vão assolando sua vivência em sociedade. Na prática, eles não conseguem se socializar, têm dificuldades emocionais profundas de se ligarem a alguém. O aspecto da confiança é totalmente desfeito e dilacerado por causa do medo de tocar o outro, ao mesmo tempo em que teme o toque alheio. Seu psiquismo não é o mesmo depois da conjunção e/ou apenas assédio; a estrutura indica que o sujeito indefinidamente é candidato a sequelas em várias áreas de sua vida no futuro, cabendo aos profissionais multi identificarem e minorar através da intervenção o dano psicossocial achado (DIAS, 2010; OLIVEIRA; SOUSA, 2007).

Pfeiffer e Salvagni (2005 *apud* Jacinto, 2009) ensinam que as consequências psicológicas resultantes do abuso sexual são graves. Apesar do trabalho psicossocial diário, têm lesões que surgem como forma de traumas que atrapalharão a vida da criança em casa, na escola e no ambiente de interações sociais cotidianas, tornando esta instável, embotada, inibida e bem vulnerável por causa de seu envolvimento passivo na relação com o abusador, e o afastamento de reuniões, vivências de grupos nos serviços de convivência são reduzidas (BRASIL, 2002; BUTLER, 1979; BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; DIAS, 2010; SOTTOMAYOR, 2014).

Azevedo e Guerra (2004 *apud* Pahl, 2005), constataram que agrega a isso um trauma secundário, o que o trabalho em grupo pode não ser efetivo. Isto é, emergirão situações vexatórias onde a criança contará a experiência sofrida pelo ludodiagnóstico. Logo, os efeitos resultantes de um fardo projetivamente reduzir a autoestima, a autoconfiança, o medo crônico, por vezes fóbico, de estender verbal e não verbal sua opinião. Logo, a credulidade de que as crianças mentem ou fantasiam o abuso favorecem o silêncio. Este que

fala, mesmo traumático, pode ser fisgado pela atuação no *setting* ou no desenvolvimento dos trabalhos em grupos atinentes ao psicólogo social (ARAÚJO, 2014; MAURO, 2005).

Pelo viés psicológico resultante disso, a criança mesmo em grupos pequenos pode exibir pressão muito grande, ou seja, a proficiência de elaboração do acontecido inexistente por causa do medo e da insegurança, efeito do emocional fragilizado poderá conduzir ao descrédito quando descoberto o ato ilícito (ARAÚJO, 2014; AZEVEDO; GUERRA, 2004 *apud* PAHL, 2005).

E as contínuas tentativas de fazer conceituar o que seria abuso sexual para elas - a conhecida violência sexual - contribuem para diferentes caminhos. Um deles empurra a criança para possíveis transtornos variados (TDAH, Ansiedade, Depressão, Antissocial, Desafiante, dentre outros). Isso faz com que este conceito seja discutido e pouco aprofundado por uma só definição, gerando novas descobertas para as psicologias. Nesse caso, o trabalho social com famílias, de maneira preventiva, protetiva e proativa podem minorar os efeitos do dano com as ações práticas do desenvolvimento das fragilidades e apontando rumos múltiplos de garantia ao infante nas políticas sociais e aparadas pelas leis em vigor, apesar do imenso desafio de desgrudar-las do papel e torna-las mais eficazes (DIAS, 2010; GOMES, 2016; RENON, 2009).

Além disso, o próprio contexto é importante para disto se ter que ver. Até porque são distintas proporções que tornam a prática de abuso sexual sem a premissa da impunidade. Para efeito revelador, “aproximadamente 80% são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida e confiável”; “[...] frequentemente relacionado como psicose” (ZAVASCHI, 1991, p. 131 *apud* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, p. 35; Cf. ARAÚJO, 2014).

E a criança enfrenta sua angústia no seio familiar constatando que ela é alguém que pode interpretar a realidade a partir de dois mundos (interno e externo), por ser um ser social. Estes complicam ainda mais o abarcar específico de uma definição de abuso sexual contributiva do direito e tentando pinçar as consequências do que disso se depura, tanto para ela quanto para quem se debruça em pesquisar o assunto no ramo da Psicologia Social nos últimos 40 (quarenta) anos (SOTTOMAYOR, 2011).

Nisso, o tratamento recebido paulatinamente como objeto, ou até mesmo de modo mais grave e doloroso, preenchendo um círculo de negatividade corrobora os efeitos danosos à nível psicológico. Logo, ignorando seus sentimentos e desejos, a criança é forçada compulsoriamente a conviver com o progenitor rejeitado – o que precipita abusos *ad aeternum* podendo se estender na rotina familiar e tornar-se cultural e obscuro talvez irreversível (ORNELAS, 1997; TRINDADE; BREIER, 2010).

Dias (2010, p. 118), afirma que o abusador “não se importando com os danos psíquicos causados ao abusado, pelo contrário incluindo até um prazer por vê-lo dividido, sofrendo; [...] não se incomoda com as consequências de seus atos, enquanto busca driblar as leis”.

Butler (1979), Sottomayor (2011) e Nolte e Harris (2009) trazem que em um nível psicológico de seqüela mesmo, importantes sinais são eclodidos na criança como o chorar constante e fácil, à vista de sua sensível expectativa no grupo social inserido; adjunto a isso, tem-se a dificuldade beirando a cronicidade do dormir e em simultâneo o excesso de pesadelos. Trata-se de uma enxurrada de aspectos que transportam ausência de apetite no contexto escolar e familiar. Inclusos situações de cansaço com perda de energia física e vigor para brincar com os outros sugerindo ausência de prazer na vida e desesperança no crédito relacional com outrem.

Alguns autores asseveram que não apenas o acima referido, o medo trazido já é sugestivo de transformar-se num conjunto de fobias desde ao toque no outro (afefobia) como outras (agorafobia), no futuro deste infante no contato com outras pessoas e aumentando a insensibilidade grupal. Com efeito, os olhos das crianças abusadas não são os mesmos. É nítido que elas estão mais fragilizadas pelo processo do desenvolvimento traumático psicossocial abrupto que desencadeio nesta. E grandes sentimentos díspares, dissonantes à sua idade de desenvolvimento normal saudável surgem (ARAÚJO, 2014; BOCK *in* BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001; MAURO, 2005; SAWAIA, 2009).

Como resultado, neste viés, há a presença de ausência de sorrisos, sinalizando que ela provavelmente está deslocada da realidade, excluindo-se socialmente; talvez por isso, o sentimento de inferioridade em comparação com os outros (na escola, em casa, em centro de recreação) seja especialmente importante sinalizador de que a capacidade de percepção esteja desarticulada, desfragmentada, o que o psicólogo poderá trabalhar no sentido de intervenção mais assertiva com cautela e uma escuta verdadeiramente qualificada e ‘atenção flutuante’ frente à demanda psicossocial (OLIVEIRA; RUSSO, 2017; SOTTOMAYOR, 2011; TRINDADE; BREIER, 2010).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe como tema “Psicologia Social: contribuições do campo do direito sobre a violência sexual e as consequências psicossociais do infantojuvenil”, em desafio inédito de captura da literatura do direito e das psicologias. Para direcionar este artigo, foram propostas as seguintes questões problemáticas: o contexto da violência sexual no campo do direito – as leis – suporta e baseia as ocorrências de abuso sexual contra o infante suficientemente? E, quais são os aspectos psicossociais entrelaçados nesta mescla didática existente entre o direito e as psicologias? Como resposta à primeira questão, elaborou-se a hipótese de que o aporte das leis protetivas no que tange a questão do abuso sexual sugere ser fonte introdutoriamente de resolver aquilo que sobeja e escapa aos campos do direito e das psicologias, aqui a social.

Por conseguinte, em um primeiro momento, conduzindo os praticantes do direito a refinarem mais ainda as frestas existentes por onde os acusados da prática do abuso sexual

se diligenciam procurando soldar, suturar e blindá-las em busca do melhor interesse para infante tendo como aporte os profissionais que atuam nas políticas públicas e são os que estão na linha de frente de inúmeros casos suspeitos de abuso sexual, a violência contra a criança e ao adolescente. Neste caso, os psicólogos quem atuam no campo comunitário e social, pontualmente.

Em um segundo momento, conclui-se que os praticantes destas duas áreas estão atuando cada vez mais próximos para pleitear o processo benéfico, a punição dos acusados de abuso sexual contra aqueles com idade inferior a 18 (dezoito). Na verdade, existem tentativas positivas de efetivar o asco perante o que é visualizado pela prática do abuso sexual. E nesse sentido, é importante ressaltar que a lei existe para ser cumprida, independente de quem foi acusado do ato, porque inibirá ocorrências futuras com o auxílio das psicologias. Essa que atua nos aspectos psicossociais envolvidos perante a prática do abuso sexual são traumáticamente transportadores de sofrimento psicológico porque a inexistência do respeito, da proteção por parte dos cuidadores do infante facilita a instauração do trauma.

E chancela a reincidência de atos de abuso sexual em nível inconsciente a impunidade, uma vez que a angústia que a criança experimenta indica que possivelmente será um adulto frágil, vulnerável e susceptível com receio de participações em grupos comunitários sociáveis. Além disso, parte da lesão psicológica traumática está relacionada com a percepção da criança, por causa da inação dos adultos e a despersonalização operada pela aparente proteção que os acusados dispensam para com esta. Destarte, a consequência disso é uma realidade distorcidamente perene e prejudicial socialmente. Consta vergonha e medo também.

Não obstante, implica que a criança passa por momentos bem delicados de descrédito quando tenta explicar o que lhes sucedeu na escola, nas relações sociais e na sua singularidade perante figuras de autoridade. Por isso, o abuso sexual é sorrateiro e coage a criança para a passividade frente ao outro no âmbito da convivência. Talvez por isso a prática do abuso sexual é vista como quase impossível de comprovação, uma vez que inexistente rapidez no processo comprobatório. Perante esta descoberta, a consequência também pode ser um estado emocional prejudicado indefinidamente porque traz para ela a mensagem da impunidade. Como resultado, ela mostra medo, insegurança, angústia, passividade; desconfiança e instabilidade sem precedentes em diferentes ambientes culturalmente instaladas.

O que salta aos olhos é que não é apenas isso. O resultado traumático expõe sentimentos como a vulnerabilidade, a revolta, o ressentimento, o humor frio, a pena e o ódio diuturnamente; além disso, a perturbação, o rancor, a insensibilidade, o isolamento, a insatisfação, a própria frustração, o distanciamento, a agressividade, a apatia impacta a criança de uma forma fria que a torna fonte de fraqueza emocional, desilusão com o outro e um senso cru de decepção frente ao ato do abuso sexual. Conclui-se que, à vista disso,

é pertinente à criança que sofreu abuso sexual, com traços traumáticos psicológicos, ter acompanhamento de um (a) psicólogo (a), adjunto à medicação psiquiátrica, se necessário mais célere possível.

E já perto do fim, este artigo revelou que as psicologias atuam no sentido de fazer com que as credenciais de respeito e incentivo à criança existam, sejam validadas. E nessa direção, a compreensão dos sentimentos dela pode representar fruto exitoso mesmo após os episódios de abuso sexual – o ressignificar. E de tal modo, as atividades rotineiras dela poderão ser executadas com atenção pois tem auxílio profissional e crédito e sua subjetividade estará ancorada no amadurecer psicossocial diariamente. A prática da atenção, concentração e os gestos de aceitação, renovação da autoconfiança, autoestima dirigem à criança e adolescente a diminuição da sua angústia. Em verdade, encontra conforto, manutenção das relações com outras crianças; a interação é melhorada posto que a solidão e a desesperança só transtornam o infante na presença de inação de suas figuras de autoridade.

Finalmente, a união do direito e das psicologias sobretudo a social que lida com as vulnerabilidade e os riscos sociais inerentes à cultura e os processos de subjetivação dos sujeitos podem promover a facilitação da redução do sofrimento da criança ao mesmo tempo que aumentando a qualidade de vida apesar do trauma sofrido em termos físicos e psíquicos; isto porque são áreas que atuam num mesmo fito: o melhor interesse da criança e do adolescente tendo como pano de fundo a legislação e a literatura dessas ciências tão importantes para a sociedade contemporânea usando a celeridade nas relações psicossociais sempre que possível sobretudo nestes tempos pandêmicos da Covid-19 e suas variantes.

REFERÊNCIAS

AMPARO, Deise Matos do *et al.* Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 13, n. 2, p. 165-174, agosto 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br>> Acesso em: 13/fev/2021.

ARAÚJO, M. E. de. A atuação do psicólogo no CRAS e o Enfrentamento da situação de vulnerabilidade social. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 2014. [**obra online**]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20102014-115827/publico/araujo_corrigida.pdf> Acesso em: 19/fev/2021.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócia histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. G.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 05/fev/2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25/fev/2021.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõem sobre o Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 19/fev/2021.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002:** Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 11/ago/2020.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 18/mai/2021.

_____. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19/fev/2021.

_____. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 29/mai/2021.

BUTLER, S. **A conspiração do silêncio: o trauma do incesto.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CAVALCANTI, F. D. R. Mediação interdisciplinar e sua integração com o Poder Judiciário de Pernambuco. 2009. [obra online], Dissertação para obtenção de grau de mestre apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, Recife: PRAC, 2009. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/452>> Acesso em: 12/mar/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – (CFP). **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – propostas do conselho federal de psicologia.** – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

DIAS, M. B. (coord.). **Incesto e alienação parental: realidades que justiça insiste em não ver.** – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

EGGER, I. **Cultura da paz e mediação: uma experiência com adolescentes.** Florianópolis: FUNAJB, 2008.

GOMES, A. L. da S. A responsabilidade dos pais na violência sexual sofrida pelos filhos. [obra online]. **Revista Jus Navigandi.** ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4808, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51504>> Acesso em: 29/abr/2021.

HILLESHEIN, B. Reflexões sobre a (s) infância (s) e a contemporaneidade. In P. GUARESCHI; A. PIZZINATO; L.L. KRÜGER & M.M.K. **Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade** (pp.69-79). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JACINTO, M. O valor da palavra da vítima nos crimes de abuso sexual contra crianças nos julgados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. [artigo online] – 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br>> Acesso em: 7/dez/2020.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEIRNER, C. **Abuso sexual, pornografia: a infância é a última fronteira da violência**. São Paulo: TERCEIRO NOME, 2007.

LOPES, José Reinaldo Lima. Crise da norma jurídica e a reforma do judiciário. *In*: FARIAS, José Eduardo (org). **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOLTE, D. L.; HARRIS, R. **As crianças aprendem o que vivenciam: o poder do exemplo dos pais na educação dos filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

OLIVEIRA, D. C. C. de; RUSSO, J. A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [3]: 579-604, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 23/jan/2021.

OLIVEIRA, M. L.; SOUSA, S. M. G. (Re). **Descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cànone, 2007.

ORNELAS, J. Psicologia comunitária: Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 375-388, set. 1997. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311997000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15/mai/2021.

PAHL, L. A retratação do abuso sexual incestuoso por crianças e adolescentes vítimas. [**Trabalho de conclusão de curso**] – Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC), Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br>> Acesso em: 22/fev/2021.

RENON, M. C. O princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a convivência familiar e o direito ao afeto. (**Dissertação de mestrado**) – Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC). 2009. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br>> Acesso em: 01/jun/2021.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Pesquisas e Práticas psicossociais**, [S. l.], p. 1-14; 2014. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837 Acesso em: 10/jan/2021.

SANTOS, V. A. dos. Os possíveis entrelaçamentos nas situações de alienação parental e de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e a avaliação psicossocial de casos dessa natureza no contexto da justiça. [**artigo online**], Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.tjdf.tjus.br>> Acesso em: 30/mar/2021.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br>> Acesso em: 12/fev/2021.

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. p. 243-253, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/mai/2021.

SOTTOMAYOR, M. C. A fraude da síndrome de alienação parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual. [Texto correspondente à comunicação proferida na Conferência Internacional] 2011. Disponível em: <<http://www.eas.pt>> Acesso em: 12/mai/2021.

_____. **Tema de direito das crianças.** Coimbra: Almedina, 2014.

TRINDADE, J.; BREIER, R. **Pedofilia: aspectos psicológicos e penais.** 2ª ed. Porto Alegre: livraria do advogado, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada na pessoa 199, 200, 201, 202, 204, 210, 211, 212

Adoecimento 6, 40, 49, 53, 60, 65, 66, 71, 80, 82, 110, 215, 220

Alienação parental 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Alma 70, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Análise do comportamento 112, 123, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

Atenção primária à saúde 8, 90, 91, 92, 95, 100, 102, 182

Avaliação psicológica 172, 191, 192, 194, 196, 197, 198

C

Capitalismo 65, 69, 75, 166

Cinoterapia 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 18

Comportamento verbal 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231

Compulsão alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Contexto histórico 67, 149

Corpo 16, 17, 42, 46, 54, 69, 70, 87, 140, 141, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Covid-19 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 35, 37, 72, 73, 85, 86, 159, 204, 208, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232

Criminalização 163, 165, 168, 169, 172, 174

D

Democracia 4, 6, 8, 28, 36

Depressão 2, 5, 14, 15, 26, 29, 34, 40, 45, 53, 119, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 143, 156, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Direitos constitucionais 28

Doenças mentais 28, 31, 33, 36, 128

E

Educação 11, 12, 16, 18, 21, 23, 24, 35, 42, 44, 65, 66, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 101, 102, 108, 123, 124, 134, 161, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 198, 227, 233

Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG 48, 49

Escuta qualificada 136, 149

Espaços públicos 84, 85, 89

Espiritualidade 213, 214

Esportes 115, 117

Estigma 28, 29, 34, 38, 176, 180

Estratégia saúde da família 90, 91, 92, 96, 100, 101

G

Gestão pública 48, 60, 62, 63

H

Habilidades sociais 104, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

I

Idosos institucionalizados 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Indivíduos 9, 15, 30, 33, 38, 44, 73, 84, 104, 108, 116, 129, 152, 164, 180, 192, 194, 196, 218, 223, 225, 227, 228, 229

Infantojuvenil 149, 150, 157

Intervenção familiar 175, 178, 179, 181, 182, 184, 185

J

Judicialização 163, 165, 170, 171, 172, 174

L

Labor 28, 65, 66, 68, 69

Leis 42, 52, 63, 89, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 222

Loucura 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 63, 79

M

Maternidade 136, 138, 140, 142, 144, 147, 148

Mobilidade urbana 83, 84, 85, 86, 88, 89

Mulheres 15, 21, 24, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 104, 137, 140, 145, 147, 148, 152, 166, 193

N

Nutrição 11, 16, 19

O

Ontológico 65, 76, 77, 78

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 35, 72, 73, 74, 78, 85, 86, 204, 208, 221, 228, 229, 231, 232

Práticas culturais 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232

Práticas Integrativas e Complementares (PICS) 21, 22, 23, 25, 27

Processo psicoterapêutico 199, 208

Psicodiagnóstico 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Psicologia 9, 2, 8, 11, 16, 20, 21, 39, 41, 43, 46, 63, 64, 67, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 231, 232, 233

Psicopatologia 38, 53, 63, 79, 103, 147, 188, 197, 198

Psicossocial 7, 9, 23, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 149, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 172, 177, 179, 183, 185

Q

Qualidade de vida 49, 64, 87, 88, 104, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 141, 159, 180, 182, 218

R

Relação psicoterapêutica 199, 208, 210

Relações 28, 32, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 67, 70, 71, 74, 77, 85, 88, 89, 98, 101, 111, 113, 115, 120, 121, 124, 128, 130, 140, 144, 150, 151, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 200, 205, 213, 221, 222, 225, 226, 227

Relevância 28, 49, 51, 76, 105, 110, 123, 127, 129, 169, 172, 191, 193, 194, 195, 197

Revisão sistemática 103, 106, 108, 109, 110, 125, 131, 134, 135, 178, 179, 184, 230

S

SARS-CoV-2 10, 11, 12, 21, 22, 23, 26, 231

Saúde coletiva 8, 47, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 123, 161

Saúde mental 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 56, 87, 93, 97, 102, 108, 115, 116, 121, 126, 128, 135, 137, 145, 168, 176, 178, 180, 185, 187, 197

Sofrimento gerencial 48, 49, 57, 61

T

Terapia pela arte 175, 178, 186

Transtorno de ansiedade social 103, 104, 105, 111, 112, 113, 114, 121, 133

Transtornos psicóticos 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Tripla jornada 40, 44, 45

U

Universidade 1, 4, 8, 10, 19, 21, 23, 28, 46, 47, 48, 63, 64, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 101, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 135, 146, 148, 160, 161, 163, 175, 199, 200, 203, 211, 221, 228, 233

V

Violência sexual infantil 149

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)